



COMITESINOS

3ª Reunião Ordinária/2017

08 de junho de 2017

Local: Auditório E09 005 da UNISINOS, São Leopoldo / RS

Horário: 14h – 16h30

PAUTA:

- 1) Abertura;
- 2) Manifestação frente à possibilidade de se perderem os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC em sistema de tratamento de esgotos no município de Taquara;
- 3) Aprovação das atas das reuniões de abril e maio/2017;
- 4) Apresentação da dissertação de mestrado “As Conexões entre Meio Ambiente, Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos ao Plano Diretor: Uma análise dos Planos Diretores Municipais na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos/RS”;
- 5) Apresentação de estudo de caso de implementação das boas práticas da Fundação de Resíduos Sólidos Industriais – FUNRESOLI, que armazena e dispõe resíduos industriais de empresas da cidade de São Leopoldo/RS;
- 6) Assuntos gerais.

Entidades presentes

Grupo I – Usuários da Água - Abastecimento Público: SEMAE e CORSAN; Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos: CORSAN, SEMAE, COMUSA e Prefeitura de Portão; Produção Rural: Associação dos Arrozeiros de Santo Antônio da Patrulha; Indústria: SINPASUL e AIC Sul; Mineração: Associação dos Extratores do Vale do Sinos e Paranhana; Grupo II – Representantes da População - Legislativos Municipais e Estadual: Câmara de Caraá e Câmara de Taquara; Associações Comunitárias: União das Associações de Bairros e Vilas de Campo Bom e Instituto São Leopoldo 2024; Clubes de Serviços: Rotary Club São Leopoldo Leste; Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão: EMATER, ABRASINOS, SENAI e IRGA; ONGs Ambientalistas: Movimento Roessler; Associações Profissionais: ASAEC e ABES/RS; Grupo III: Representação do Governo do Estado: Secretaria da Saúde; Órgãos do Sistema: FEPAM e METROPLAN. Demais Presentes: Prefeitura de Parobé, Prefeitura de Rolante, CREA/RS, Prefeitura de Canoas, Prefeitura de São Leopoldo, Rede Ambiental do Rio dos Sinos – MP/RS e comunidade.

Entidades ausentes sem justificativa

Grupo I – Usuários da Água - Abastecimento Público: CORSAN e SEMAE; Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos: Prefeitura de Esteio e CORSAN; Drenagem: Prefeitura de Portão e Prefeitura de Esteio; Produção Rural: Sindicato Rural de Santo Antônio da Patrulha, STR de Santo Antônio da Patrulha, STR de Taquara, STR de Caraá e STR de Rolante; Indústria: ACI-NH/CB/EV, CICS-Portão e SINDIQUIM; Mineração: Associação dos Extratores do Vale do Sinos e Paranhana; Grupo II – Representantes da População - Legislativos Municipais e Estadual: Câmara de Campo Bom, Câmara de São Leopoldo, Câmara de Canoas e Câmara de Estância Velha; Associações Comunitárias: Associação Cultural Marcelo Breuning e Grupo Escoteiro Peregrino; Clubes de Serviços: Rotary Club São Leopoldo Leste; Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão: Feevale, UNISINOS e EMATER; ONGs Ambientalistas: Projeto Mira Serra, MARH, Grupo Ecológico de Rolante, UPAN e ASTEPAN; Associações Profissionais: ABES/RS; Organizações Sindicais: SINPROCAN, SIMPO e SENGE; Grupo III: Representação do Governo do Estado: Fundação Zoobotânica e Secretaria de Segurança Pública.

Entidades ausentes com justificativa

Grupo I – Usuários da Água - Abastecimento Público: COMUSA; Geração de Energia: CEEE; Indústria: COOPERJA; Grupo II – Representantes da População - Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão: UNISINOS.

001

ATA Nº 04/17 - Reunião PLENÁRIA ORDINÁRIA

002

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, a plenária do Comitesinos se

003 reuniu às quatorze horas, no Auditório E09005 da Unisinos, município de São Leopoldo/RS,
004 para realização da terceira reunião ordinária do corrente ano. **1) Abertura:** O presidente do
005 Comitesinos, Adolfo Klein, deu as boas-vindas e apresentou a pauta do dia. Enalteceu a
006 participação constante do coordenador da Rede Ambiental do Rio dos Sinos – MP/RS, Dr.
007 Ricardo Schinestsck Rodrigues e agradeceu a presença dos membros da plenária e demais
008 interessados. **2) Manifestação frente à possibilidade de se perderem os investimentos**
009 **do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC em sistema de tratamento de**
010 **esgotos no município de Taquara:** Dr. Ricardo Schinestsck relatou que estão tentando
011 acessar informações sobre recursos federais destinados a execução de obras para
012 tratamento de esgotos domésticos na bacia do Rio dos Sinos. Segundo informações do
013 Ministério das Cidades, havia a previsão de R\$ 5 milhões para os municípios de Taquara,
014 Nova Hartz, Sapiranga, Estância Velha e Canoas. Fora Taquara, que contava com a previsão
015 de R\$ 82 milhões do montante total, os demais municípios dispensaram os recursos por
016 motivos diversos, inclusive pela disponibilidade de recursos próprios e pela dificuldade de
017 vencer os trâmites necessários à desapropriação de áreas. Restando o interesse de Taquara,
018 Dr. Ricardo manifestou que será necessário adotar estratégia de pressão política, mas que
019 ele já adotou caminho judicial (ação civil pública em parceria com o Ministério Público
020 Federal), pois não há muito tempo, considerando que o prazo espira em janeiro de 2018. Em
021 até dez dias, segundo o Promotor, terá informações mais atuais, embora a Caixa Econômica
022 Federal tenha informado que consultou o Ministério das Cidades várias vezes sem respostas.
023 Sugeriu que o Comitesinos se manifeste no sentido de assegurar os recursos. Sandro Luiz
024 dos Santos, representante da União das Associações de Bairros e Vilas de Campo Bom na
025 categoria “Associações Comunitárias” do Comitesinos, perguntou se a ação do Ministério
026 Público é somente sobre Taquara, pois em Campo Bom os recursos foram perdidos. E se
027 haveria a possibilidade de resgatar tal verba perdida. Dr. Ricardo explicou que a estratégia
028 jurídica se baseia em um contrato vigente, e que possivelmente o contrato com Campo Bom
029 já tenha vencido, então a argumentação se perde. Jéferson Timm, técnico da Secretaria de
030 Meio Ambiente de Campo Bom, relatou que a Fundação Estadual de Proteção Ambiental
031 Henrique Luiz Roessler - FEPAM negou a licença ambiental pela sensibilidade hídrica da
032 área selecionada. O município deveria ter apresentado nova área, e não o fez em tempo.
033 Diego Carrillo, nesta reunião representando a FEPAM, informou que os processos de
034 licenciamento das estações de tratamento de esgotos dos municípios de Campo Bom,
035 Sapiranga e Taquara precisam ser reavaliados a partir da alteração dos projetos. Paulo
036 Renato Menezes, representante da CORSAN na categoria “Esgotamento Sanitário e
037 Resíduos Sólidos” do Comitesinos, relatou que a companhia assinou cerca de trinta contratos
038 de financiamento para obras de esgotamento sanitário no âmbito da bacia do Rio dos
039 Sinos, mas a execução das intervenções depende sempre da liberação dos recursos pelo
040 Governo Federal. Informou que os contratos estão à disposição, caso haja interesse. Guido
041 Mário Prass Filho, representante da Câmara Municipal de Taquara na categoria “Legislativos
042 Estadual e Municipais” do Comitesinos, defendeu que haja empenho coletivo para assegurar
043 a ampliação dos sistemas de tratamento de esgoto, lembrando que o objetivo principal é ter
044 melhor qualidade de água. Lembrou que, no próximo mês de outubro, a mortandade de
045 peixes completará onze anos. Agradeceu pelo permanente empenho e disponibilidade do
046 Promotor Coordenador da Rede Regional Ambiental do Rio dos Sinos, assim como da
047 diretoria do Comitesinos. **3) Aprovação das atas das reuniões de abril e maio/2017:** O
048 presidente lembrou que as minutas das atas foram remetidas por meio eletrônico a todos os
049 membros com antecedência, e que as correções recebidas foram incorporadas. Abriu espaço
050 para manifestações e sem novas mudanças, as atas foram plenamente aprovadas. **4)**
051 **Apresentação da dissertação de mestrado “As Conexões entre Meio Ambiente,**
052 **Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos ao Plano Diretor: Uma análise dos Planos**
053 **Diretores Municipais na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos/RS”:** Adolfo convidou o
054 coordenador da Engenharia Ambiental e Sanitária da Uniritter, o engenheiro ambiental John
055 Fernando de Farias Würdig, para apresentar sua dissertação. John agradeceu pelo convite
056 para compartilhar seu trabalho, que poderá ser adotado por municípios para qualificar seus
057 Planos Diretores. Explicou que para chegar ao resultado da dissertação, esteve debruçado
058 em grande arcabouço legal, especialmente naquilo que toca à gestão territorial municipal e
059 regional, como: Estatuto da Cidade - Lei n° 10.257/2001; Política Nacional de Saneamento
060 Básico - Lei n° 11.445/2007; Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei n° 9.433/1997;
061 Política Nacional de Meio Ambiente - Lei n° 6.938/1981; Política Nacional de Proteção e
062 Defesa Civil - Lei n° 12.603/2012 (que ainda não tem decreto lhe regulamentando). O
063 questionamento central da pesquisa de John foi: “Os atuais Planos Diretores dos municípios

064 estudados efetivaram em suas disposições o trinômio: meio ambiente, saneamento ambiental
065 e recursos hídricos, de acordo com a legislação vigente?” Seu objetivo geral foi analisar os
066 Planos Diretores dos municípios selecionados, a fim de verificar a efetivação de disposições
067 pertinentes exclusivamente ao trinômio pesquisado, conforme a evolução das políticas e
068 legislações vigentes, em âmbito Federal e do estado do Rio Grande do Sul. Os municípios
069 foco foram: Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Esteio, Canoas e Nova Santa
070 Rita. A metodologia adotada seguiu as seguintes etapas: pesquisa bibliográfica, composição
071 de quadro legislativo (com uma centena de instrumentos legais analisados), elaboração de
072 roteiro de avaliação, contextualização da área de estudo, avaliação dos Planos Diretores e
073 análise crítica. John valorizou o arcabouço de informações disponíveis da bacia do Rio dos
074 Sinos, tanto do Comitesinos, quando da Unisinos e da Feevale. Na análise da legislação,
075 John avaliou a referência ou a orientação de aplicabilidade de cada instrumento ao Plano
076 Diretor. Foram identificados 31 conteúdos mínimos das áreas de meio ambiente (54,8%),
077 saneamento ambiental (32,2%) e recursos hídricos (12,9%) a serem considerados pelos
078 Planos Diretores. John apresentou síntese da evolução das leis e políticas públicas, desde
079 1973 até os dias atuais, demonstrando as contribuições destas aos Planos Diretores (que
080 passam a ter destaque a partir de 2001, com o Estatuto da Cidade. A inovação foi a
081 exigência da participação social, que em não ocorrendo tem sido questionada pelo Ministério
082 Público. Destacou que os municípios estudados concentram as zonas mais urbanizadas da
083 bacia, com 80% de toda a sua população, o que resulta em condições de qualidade de água
084 extremamente degradadas, em Classe 4 (conforme Resolução CONAMA 354/2005).
085 Exemplificando a metodologia de análise, John citou Art. 17 da Lei de Desenvolvimento
086 Urbano do Rio grande do Sul, que preconiza a “vedação do parcelamento do solo para fins
087 urbanos em terrenos alagadiços antes de proceder-se à drenagem definitiva e à
088 compactação do solo”. Este elemento normatizador gerou o indicador de conteúdo número
089 26 da sua dissertação. A analisando o Art. 62 do Plano Diretor de Novo Hamburgo, que
090 estabelece que “não será permitido o parcelamento do solo: i – em terrenos alagadiços e
091 sujeitos a inundações antes de tomadas as providencias para assegurar o escoamento das
092 águas”. Logo, das notas estabelecidas pelo pesquisador, entre ‘zero’ (para totalmente não
093 atendido) e “dois” (para totalmente atendido), este indicador foi pontuado em “dois”. Assim
094 sucessivamente para todos os indicadores (31) e para cada Plano Diretor analisado,
095 resultando em 186 notas. Por fim, dos planos analisados a partir dos indicadores
096 estabelecidos, foram atendidos 54,8% dos indicadores de meio ambiente, 32,2% dos
097 indicadores de saneamento, e apenas 12,9% dos indicadores de recursos hídricos. Como
098 sugestões de trabalhos futuros, John apontou a adoção do mapeamento das áreas
099 inundáveis e a avaliação da efetivação dos 31 indicadores pelos municípios. Outro destaque
100 do trabalho foram os dados referentes aos desastres registrados de 2006 a 2015, nos
101 mesmos seis municípios, segundo o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres, em
102 que os prejuízos somaram mais de R\$ 175 milhões e 839 mil pessoas atingidas. John
103 agradeceu pela oportunidade de compartilhar seu trabalho e colocou-se à disposição. Adolfo
104 entregou a John, em agradecimento pela presença e apresentação, um conjunto com Atlas
105 do Projeto VerdeSinos, revista e vídeo. Em seguida, abriu espaço para manifestações sobre
106 o tema. Nanci Walter, membro do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – Sessão
107 de Esteio, parabenizou pelo trabalho e ressaltou a importância de indicadores como os
108 apresentados por John. Segundo ela, enquanto foi conselheira de planejamento e de meio
109 ambiente do município de Esteio, onde o Plano Diretor levou dois anos sendo revisado. As
110 recomendações e contribuições do conselho agora estão sendo analisadas pelo executivo, e
111 depois legislativo. O conselho demandou ao executivo que eles tenham acesso ao
112 documento, após suas considerações e ainda antes do envio à Câmara Municipal, para
113 acompanhar. Ressaltou a gravidade da forma de atuação de algumas empresas consultoras,
114 que recebem valores expressivos para elaboração de planos e utilizam da metodologia de
115 copiar e colar de planos já existentes, muitas vezes não adequados à realidade do município
116 contratante. Sugeriu que o Comitesinos recomende aos municípios que eles coloquem,
117 sempre, em seus Planos Diretores a parte ambiental. E que o Comitesinos aconselhe a
118 adoção do estudo elaborado por John como orientação aos membros dos conselhos
119 municipais. Nanci afirmou que com base nos indicadores apontados, revisará mais uma vez o
120 Plano Diretor de Esteio, para ver se escapou algo. Arno Leandro Kayser, representante do
121 Movimento Roessler para Defesa Ambiental na categoria ONGs Ambientistas do
122 Comitesinos, comentou que o governo federal lançou as bases legais, as linhas gerais. Mas
123 segundo ele, ainda se pratica uma espécie de monarquia nos municípios, o que é um grande
124 equívoco, pois a realidade ambiental, de saneamento e outras, pressupõem uma visão

125 regional. Temos um exemplo prático no caso da planície de inundação. Alguns municípios
126 (talvez não a equipe técnica, mas a parte política) tem dificuldade de perceber que estão
127 inseridos em uma metrópole, estão inseridos em uma bacia, e que precisam observar o
128 regional. O Comitesinos, neste sentido, tem feito o papel de chamar cada vez mais os
129 municípios ao debate regional, observando as normas federais e estaduais. John concordou
130 que fica cada um no seu condado, inclusive porque o sistema ainda não funciona
131 plenamente, dando o exemplo do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, que ainda não está
132 acessível como preconizado pela legislação. Não há como pensar gestão ambiental e de
133 saneamento se não for de maneira integrada. O Plano de Resíduos Sólidos, por exemplo, foi
134 elaborado para muitos municípios da bacia do Rio dos Sinos, e na troca de gestão caem no
135 esquecimento. Darci Zanini, secretário de meio ambiente de São Leopoldo, elogiou a
136 ferramenta apresentada por John e sugeriu que seja feita uma reunião plenária convidando
137 os prefeitos para que conheçam este trabalho. Relatou que estão em processo de revisão do
138 Plano de Saneamento e que querem unificar todas as peças de planejamento de São
139 Leopoldo. Diego relatou que na FEPAM, no momento da análise de projetos de implantação
140 de estações de tratamento de esgotos, são obrigados a observar parâmetros para um
141 horizonte de crescimento populacional para vinte anos. Alguns processos chegam para
142 análise, mas projetados em local que não comporta a eventual ampliação uns anos à frente.
143 Embora o local comporte o volume que precisa ser tratado hoje. A FEPAM precisaria
144 observar outros critérios, como índices de desenvolvimento daquele município, por exemplo.
145 Viviane Nabinger, secretária executiva do Comitesinos, lembrou da reportagem veiculada
146 pelo Grupo Sinos na semana do meio ambiente, com a manchete “O Plano de Bacia ainda
147 patina”. Na análise de Viviane, o avançar da efetivação do plano, ainda que lentamente, é
148 muito positivo. Não imagina que o Plano de Bacia seja plenamente efetivado sem que os
149 municípios estabeleçam e executem seus respectivos Planos Diretores, de Saneamento. E
150 neste sentido, valorizou muito a ferramenta desenvolvida por John, pois toca no maior
151 desafio que sair do plano para a realidade. Exemplificou com a situação atual da bacia do Rio
152 dos Sinos, que passa por novo período de enchentes, e mesmo com a planície de inundação
153 mapeada, ela não está sendo observada. Viviane afirmou que o grande desafio talvez esteja
154 realmente na efetivação, e sugeriu que este possa ser o objeto do doutorado de John. O
155 pesquisador destacou a importância da cooperação estabelecida entre o Comitesinos e a
156 Caixa Econômica Federal para impedir edificações financiadas com recursos públicos em
157 áreas de risco. Ressaltou a importância de levar informação às comunidades, citando casos
158 como de Porto Alegre, Guaíba e Tapes, que enfrentam o desafio de convencer a ligação das
159 economias às redes coletoras de esgoto. Agradeceu pelo espaço, pelas contribuições e
160 manifestou sua felicidade em perceber que, apesar de ser um dia de muita chuva, houve
161 comparecimento expressivo de pessoas comprometidas com a bacia. **5) Apresentação de**
162 **estudo de caso de implementação das boas práticas da Fundação de Resíduos Sólidos**
163 **Industriais – FUNRESOLI, que armazena e dispõe resíduos industriais de empresas da**
164 **cidade de São Leopoldo/RS:** Adolfo convidou os representantes da FUNRESOLI para
165 compartilhar sua experiência. Pedro Balsemão, presidente da Fundação, apresentou o
166 histórico de formação, funcionamento, dificuldades e resoluções adotadas por eles. Vinícius
167 Klein Bondan, assessor jurídico, relatou que a FUNRESOLI contratou auditoria ambiental em
168 2013, e que praticamente no mesmo período a FEPAM executou fiscalização que gerou um
169 auto de infração, inclusive por licença de operação vencida desde 2011. Além de multas,
170 Bondan relatou que tiveram as atividades suspensas. Então além de estar fragilizada
171 financeiramente, também perdeu sua fonte de receita pela disposição dos resíduos sólidos
172 das indústrias integrantes da FUNRESOLI. Pelo regramento legal a época de sua criação, a
173 Fundação não possui patrimônio e opera em área cedida pelo município de São Leopoldo.
174 Frente ao cenário exposto, Bondan explicou que elaboraram um plano de capitalização junto
175 aos curadores para cobrir as despesas referentes às correções de cunho ambiental. O
176 principal argumento de convencimento foi o determinado pela Política Nacional de Resíduos
177 Sólidos, da responsabilidade perene do gerador. Inclusive sob pena de o Ministério Público
178 utilizar-se de ação civil pública pelos danos à coletividade e ao ambiente, fazendo cumprir as
179 obrigações dos curadores. Mas no período mais recente o aterro recebia resíduos dos
180 curadores (78%) e de não-curadores (22%), os quais não teriam as mesmas obrigações
181 legais. Então resolveram ratear os custos das intervenções corretivas de forma proporcional
182 aos resíduos lá depositados por cada empresa (curadora ou não), tendo passado de R\$ 2
183 milhões em investimentos. Fábio Couto, responsável técnico, relatou as atividades realizadas
184 no sentido de dirimir os problemas: remoção de líquidos inflamáveis, extinção da vala de
185 materiais alcalinos, extinção da estação de tratamento de efluentes, cobertura da vala de

186 resíduos Classe I, fechamento da vala de resíduos Classe II, melhorias nas valas
187 remanescentes. Isso tudo, sem receber novos resíduos. Darci Zanini, informou que
188 receberam o resultado deste trabalho da FUNRESOLI, e que ficaram com o compromisso de
189 fazer uma menção ao trabalho realizado pela Fundação. Viviane provocou os representantes
190 das operadoras de saneamento, pois sempre falam da dificuldade de a comunidade ligar sua
191 saída de esgoto na rede pública de coleta. Manifestou admiração pelo empenho da
192 FUNRESOLI em cumprir as exigências, mesmo sendo para encerrar as atividades. Por fim,
193 reforçou que as pessoas não se ligam à rede coletora por que não são cobrados. Shaiane
194 Canabarro, técnica da FEPAM que fiscalizou as intervenções, relatou que quando chegaram
195 à FUNRESOLI em 2013 a situação estava bastante grave, quase como um lixão. Com
196 comprometimento e dedicação, conseguiram encerrar as atividades de forma
197 ambientalmente correta. Buscaram as parcerias necessárias e enfrentaram as dificuldades.
198 Daqui para frente é monitorar sistematicamente. Adolfo agradeceu às intervenções e
199 entregou à equipe da FUNRESOLI o conjunto de materiais do Projeto VerdeSinos. **6)**
200 **Assuntos gerais:** Não foram indicados temas para este item. Encerrados os temas previstos
201 na pauta, o presidente agradeceu a participação dos presentes. E, para constar, lavrei a
202 presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente, pelo Vice-presidente,
203 pela Secretária Executiva e por mim.

São Leopoldo, 13 de julho de 2017.

209	Débora da Silva	Viviane Nabinger	Claudinei Baldissera	Adolfo Klein
210	Sec.Administrativa	Sec. Executiva	Vice-presidente	Presidente